

-----**ATA N.º 4/2016**-----

-----Aos 17 dias do mês de fevereiro de 2016, pelas 10h, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Senhor Presidente, José Francisco Gomes Monteiro, estando também presentes os Senhores Vereadores: -----

-----Manuel António de Almeida Portugal;-----

-----José Luís Saúde Cabral.-----

-----Faltaram a esta reunião o Senhor Vereador Victor Martins Santos e a Senhora Vereadora Maria do Céu Neves Martins Louro. -----

-----A reunião foi secretariada por Margarida Maria Gonçalves Amaro e coadjuvada por Sónia Cristina de Almeida Salgado Fernandes. -----

-----Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

-----**JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS**-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** deu conhecimento de que a Senhora Vereadora Maria do Céu Louro se encontrava de férias. -----

-----Deu ainda conhecimento, do pedido de justificação de falta, à presente reunião, por motivos de saúde, apresentado pelo Senhor Vereador Victor Martins Santos (inf. n.º 1709). -----

-----*A Câmara deliberou justificar a referida falta.*-----

-----**APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 20/1/2016**-----

-----Foi presente a ata n.º 2, da reunião ordinária do Executivo de 20/1/2016, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para retificação e posterior aprovação. -----

-----**Dispensada a sua leitura e não havendo alterações a efetuar, foi a mesma aprovada, por unanimidade.**-----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----Iniciados os trabalhos, o Senhor Presidente da Câmara questionou se algum dos Senhores Vereadores tinha algum assunto a colocar perante o Executivo. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** começou por fazer referência a uma notícia publicada no jornal “Terras da Beira”, cujo tema é “ADRUSE, Raia Histórica e Proraia têm 11,7 milhões de euros para apoiar projetos de desenvolvimento local”. A ADRUSE – Associação de Desenvolvimento Rural da Serra da Estrela tem 3.715.728,48 e à PRÓ-RAIA – Associação de Desenvolvimento Integrado da Raia Centro Norte cabem 3.751.299,78 euros. Disse que as verbas atribuídas a estes GAL, considerados rurais, destinam-se a apoiar por via dos fundos disponibilizados pelo PDR 2020, pequenos investimentos nas explorações agrícolas e na transformação e comercialização das suas produções, na diversificação de atividades na exploração, na criação de cadeias curtas e mercados locais, na promoção de produtos de qualidade locais e na renovação de aldeias em territórios rurais. Com os fundos disponibilizados pelo Centro 2020 pretende-se o apoio à criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho e o investimento para a expansão de pequenas e microempresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios, designadamente na área da valorização e exploração de recursos endógenos, do artesanato e da economia verde, que sejam geradores de novos empregos, além da conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural. -----

-----Deu conhecimento de que a Associação das Aldeias Históricas de Portugal e a ADRUSE – Associação de Desenvolvimento da Serra da

Estrela, em parceria com o Município de Celorico da Beira, irão realizar uma sessão de esclarecimento, que visa enquadrar a Estratégia de Eficiência Coletiva – Aldeias Históricas de Portugal 2020 no quadro das estratégias territoriais, com particular destaque para as estratégias, para o Desenvolvimento Local de Base Comunitária. O objetivo primordial desta sessão, que irá decorrer no dia 18/2, pelas 15h, no auditório da Biblioteca Municipal de Celorico da Beira, assenta na identificação de intenções de investimento privado previstas no concelho de Celorico da Beira, que sejam passíveis de enquadramento na estratégia de Eficiência Coletiva.-----

-----Deu ainda conhecimento de uma notícia, publicada no jornal “Terras da Beira”, cujo tema é “Municípios da Cova da Beira com candidaturas transfronteiriças de 5,7 ME”. Referiu que a AMCB apresentou três novos projetos ao Programa INTERREG V (Espanha – Portugal): o BIN-SAL Empreende, o BIO Fronteira e o Raya Natural. A cooperação entre a AMCB e a Província de Salamanca remonta à iniciativa comunitária INTERREG III-A (2000 – 2006) e ao POCTEP (2007 – 2013). -----

-----Disse que o Presidente da AMCB refere a importância dos novos projetos para a região e sublinha que “visam promover e apoiar o empreendedorismo entre os jovens e as empresas raianas, o seu encontro e intercâmbio com agentes económicos e empreendedores, o acesso ao financiamento e a sistemas públicos de assessoria e informação”. Disse que no âmbito das candidaturas serão também realizadas ações de integração socio-laboral de pessoas com deficiência e desfavorecidas, serão criados projetos-pilotos de intervenção no âmbito de novas formas de emprego, nomeadamente no âmbito do turismo, das atividades agro-florestais e no apoio a pessoas dependentes. -----

-----A AMCB sempre mostrou grande preocupação com questões ambientais, preocupações estas que se estendem aos parceiros espanhóis e estiveram na origem da elaboração do projeto BIO Fronteira, que visa estabelecer medidas de vigilância, prevenção e luta contra os incêndios e ampliação dos meios de abastecimento de veículos e equipamentos das

equipas de proteção civil. É também objetivo daquele projeto a constituição da região Raia Natural como um símbolo da biodiversidade, conservação de habitats e de espécies mediterrâneas. -----

-----Relativamente à solicitação do Senhor Vereador Victor Santos, que dizia respeito ao Regulamento n.º 518/2014, de 14.11.2014, e que previa um Gabinete de Auditoria Interno, deu conhecimento da proposta enviada à CIM e que de seguida se transcreve: -----

-----“Estabelecendo o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, conjugado com a Lei n.º 75/2013, que as autarquias locais deverão elaborar e aprovar o Sistema de Controlo Interno, Regulamento que decerto todos os Municípios integrantes da CIM já possuem, deverá este Regulamento ir mais além da mera enumeração de normas e procedimentos estabelecidos nas NCI. -----

-----Esta avaliação deverá ser efetuada através de Gabinete de Auditoria Interna, estrutura que, na maioria das autarquias associadas, é de difícil implementação devido à reduzida dimensão das mesmas. -----

-----Sendo, comumente, os Gabinetes de Auditoria Interna, diretamente dependentes do Presidente da Câmara e sujeitos a disposições e planos de auditoria previamente aprovados, venho sugerir que a CIM, maximizando sinergias, forme um Gabinete de Auditoria Interna o qual funcionaria de acordo com as necessidades de cada Município, isto é, em *part time*, e seria constituído por uma bolsa de Técnicos Superiores de todos os Municípios, de entre os quais, se poderiam gerar equipas multidisciplinares consoante as áreas a auditar.” -----

-----De seguida, deu conhecimento de um *email* enviado pelo Sindicato dos Bancários do Norte, agradecendo à Câmara Municipal de Celorico da Beira, ao gabinete de Turismo da autarquia, bem como, à guia de turismo local, pela colaboração, amabilidade, simpatia e atenção, que foi prestada aos 63 associados, aquando da participação na caminhada, o passeio da calçada romana, no passado dia 13 de fevereiro, em Linhares da Beira. -----

-----O Senhor **Vereador Manuel Portugal** congratulou-se com a inauguração da Biblioteca Municipal, que apesar de simples foi digna do espaço. Endereçou os parabéns ao Executivo pela abertura deste equipamento, que servirá toda a população, em especial a comunidade escolar. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que a abertura da Biblioteca Municipal de Celorico da Beira é um marco importante para o desenvolvimento cultural do concelho. A inauguração decorreu no passado dia 5 de fevereiro e contou com a presença da presidente da CCDRC – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, Ana Abrunhosa. Este equipamento tem como finalidade facilitar o acesso à informação, cultura, educação e lazer. -----

-----De seguida, mencionou uma situação que diz respeito à queda do muro contíguo à creche D. João de Oliveira Matos, que ruiu e danificou a carrinha que faz o transporte das crianças. Perante esta situação, a autarquia assegurou o transporte das crianças que frequentam a escola primária. Deu conhecimento de que a Instituição em causa, agradeceu o empenho e auxílio da autarquia. -----

-----ORDEM DO DIA-----

-----1. SECÇÃO DE OBRAS PARTICULARES-----

-----ASSUNTO: CERTIDÃO DE DISPENSA DE LICENÇA DE UTILIZAÇÃO-----

-----Requerente: Ana Maria de Jesus Oliveira da Fonseca-----

-----Foi presente requerimento n.º 28, datado de 14/1/2016, relativo ao processo n.º 11/2016/2, em nome de Ana Maria de Jesus Oliveira da Fonseca, pretendendo que lhe seja emitida uma certidão de dispensa de licença de utilização, para um edifício, sito em Boicinhas, freguesia da Ratoeira, inscrito sob o artigo matricial n.º 356, por o mesmo ter sido

construído antes de 1981 e não ser exigida licença de habitação, pelo facto de ter sido construído antes da data da aprovação do Regulamento das Edificações Urbanas, de acordo com o parágrafo único do art.º 1.º, do RGEU, o qual só se aplicou a este local por deliberação municipal de 27/03/81. -----

-----Informa ainda o Fiscal Municipal, que o edifício terá sido construído antes de 1981 e de acordo com a informação interna n.º 161, de 14/1/2016, não se verifica a existência de processos de obras em nome do requerente no local identificado.-----

-----A Caderneta Predial Urbana emitida pelos Serviços de Finanças de Celorico da Beira descreve que a edificação foi inscrita em 1988, e que se reporta a uma habitação. -----

-----**Sendo que a informação apresentada refere que a edificação foi construída antes de 1981, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a petição da requerente.** -----

-----**1.1 ASSUNTO: CERTIDÃO DE DISPENSA DE LICENÇA DE UTILIZAÇÃO**-----

-----**Requerente: Jorge Manuel Ramos Veiga**-----

-----Foi presente requerimento n.º 38, datado de 20/1/2016, relativo ao processo n.º 11/2016/3, em nome de Jorge Manuel Ramos Veiga, pretendendo que lhe seja emitida uma certidão de dispensa de licença de utilização, para um edifício, sito na Rua da Fonte, freguesia da Ratoeira, inscrito sob o artigo matricial provisório n.º 533, por o mesmo ter sido construído antes de 1981 e não ser exigida licença de habitação, pelo facto de ter sido construído antes da data da aprovação do Regulamento das Edificações Urbanas, de acordo com o parágrafo único do art.º 1.º, do RGEU, o qual só se aplicou a este local por deliberação municipal de 27/03/81. -----

-----Informa ainda o Fiscal Municipal, que o edifício foi construído antes de 1981 e de acordo com a informação interna n.º 247, de 22/1/2016, não se verifica a existência de processos de obras em nome do requerente no local identificado.-----

-----O comprovativo provisório de submissão emitido pelos Serviços de Finanças de Celorico da Beira, descreve que a edificação possui 20 anos e que se reporta a arrecadação e arrumos. -----

-----Sendo que a informação apresentada refere que a edificação foi construída antes de 1981, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a petição do requerente. -----

-----**2. SECÇÃO DE TRÂNSITO E VIAS MUNICIPAIS**-----

-----**ASSUNTO: COLOCAÇÃO DE BANDAS REDUTORAS NAS ENTRADAS DAS POVOAÇÕES DE VIDE ENTRE VINHAS E GALISTEU--**

-----**Requerente: Joaquim de Almeida**-----

-----Foi presente informação técnica com o registo n.º 440, de 10/2/2016, dando conhecimento de que, foi novamente, solicitado pelo requerente a colocação de bandas redutoras, nas entradas das localidades de Vide-entre-Vinhas e Galisteu, para obrigar à redução da velocidade. -----

-----A Técnica refere que já se pronunciou sobre a colocação de lombas na localidade de Galisteu (inf. n.º 1965, de 23/6/2015), relativamente a Vide-entre-Vinhas o assunto já foi submetido a reunião de Câmara, que deliberou no sentido da não realização da lomba. -----

-----Face ao exposto e depois de ter sido realizada a passagens para peões, quer a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Cortiço da Serra, Vide-entre-Vinhas e Salgueirais, quer a Associação local de Galisteu, não registaram qualquer ocorrência que tivesse colocado em risco a normal circulação de peões naquela estrada, logo, não considera pertinente a colocação de lombas redutoras de velocidade nas entradas das localidades referidas. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** partilha da opinião da Técnica, ou seja, uma vez que não houve qualquer ocorrência que tivesse colocado em risco a normal circulação de peões naquela estrada, não se considera pertinente a colocação das lombas redutoras de velocidade nas entradas das localidades. -----

-----O Senhor **Vereador Manuel Portugal** disse que os condutores são contra a colocação de lombas redutoras de velocidade. Contudo, e caso as mesmas não fossem colocadas, os limites de velocidade dentro das localidades não seriam cumpridos. Relativamente à situação exposta, desconhece a posição dos munícipes de Vide entre Vinhas e Galisteu, relativamente a essa via. A sua única preocupação, prende-se com a localização do Centro de Dia e com a segurança dos utentes.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** esclareceu que junto ao Centro de Dia existe uma passadeira, colocada em local visível, não colocando em perigo os utentes.-----

-----**Nos termos da informação técnica, a Câmara deliberou, por unanimidade, indeferir a pretensão do requerente.**-----

-----**2.1 ASSUNTO: APROVAÇÃO E COLOCAÇÃO DE DOIS SINAIS DE PERIGO DE ANIMAIS**-----

-----**Requerente: União de Freguesias de Cortiço da Serra, Vide entre Vinhas e Salgueirais**-----

-----Foi presente informação técnica com registo n.º 415, de 3/2/2016, remetendo para análise o pedido referente à necessidade de colocação de sinais de perigo de animais.-----

-----Analisada a situação e, confirmada a necessidade, propõe a aquisição dos sinais constantes da planta anexa à informação, no valor de 138,56€ + IVA, à firma SNSV, por ser a que apresentou o valor mais baixo.-

-----O Senhor **Vereador Manuel Portugal** congratula-se com sinalização proposta. Considera, que a sinalética de prevenção de acidentes com animais é uma mais-valia para o concelho, acrescentando, e como forma de prevenção, que este tipo de propostas deveria ser extensível a outros locais do concelho, onde se verifique a existência de pastores com rebanhos. Sugeriu, que a autarquia conjuntamente com os Presidentes de Junta faça um levantamento dos respetivos locais. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que a autarquia tem colocado este tipo de sinalética em várias zonas do concelho. -----

-----**Nos termos da informação técnica, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a sinalização em planta e adquirir os sinais à firma SNSV, pelo valor de 138,56€ + IVA.** -----

-----**2.2 ASSUNTO: ENVIO DE PARECER DA GNR - REALIZAÇÃO DO "DESFILE DE CARNAVAL DAS FREGUESIAS" – RATIFICAÇÃO**-----

-----Foi presente para ratificar, despacho do Senhor Presidente da Câmara a deferir a aprovação do corte de estrada, no dia 7/2/2016, entre as 13:00h e 17:00h, conforme planta em anexo à informação técnica n.º 436 de 5/2/2016. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Senhor Presidente da Câmara.** -----

-----**2.3 ASSUNTO: ENVIO DE PARECER DA GNR - REALIZAÇÃO DE DESFILE DE CARNAVAL – RATIFICAÇÃO** -----

-----**Requerente: Agrupamento de Escolas de Celorico da Beira**-----

-----Foi presente para ratificar, despacho do Senhor Presidente da Câmara a deferir a aprovação do corte de estrada, no dia 5/2/2016, entre as 11:00h e 12:30h, conforme planta em anexo à informação técnica n.º 433, de 5/2/2016. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Senhor Presidente da Câmara.**-----

-----**3. SECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS**-----

-----**ASSUNTO: PROTOCOLO DE ESTÁGIO CURRICULAR DO CURSO PROFISSIONAL DE TÉCNICO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS**-----

-----Foi presente informação n.º 356, de 2/2/2016, remetendo para aprovação minuta do protocolo de estágio curricular do Curso Profissional de Técnico de Instalações Elétricas, a celebrar entre a Escola Profissional de Trancoso e o Município de Celorico da Beira. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o protocolo de estágio curricular de formação em contexto de trabalho, de um estagiário do curso profissional de Técnico de Instalações Elétricas (Nível IV), a celebrar entre a Escola Profissional de Trancoso e o Município de Celorico da Beira.**-----

-----**3.1 ASSUNTO: OE 2015 - REDUÇÃO DE PESSOAL**-----

-----Sobre o assunto em título, foi presente, para conhecimento, informação técnica com registo interno n.º 384, de 2/2/2016. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que enquadrando-se o município de Celorico da Beira, na alínea a), do n.º 1, do art.º 63.º, do OE 2015, seriam obrigados, no decorrer desse ano, a uma redução de 3% dos trabalhadores. Obrigando a DGAL, que a percentagem seja calculada sobre

a soma dos trabalhadores da Câmara Municipal e EMCEL, deveriam ter reduzido 6 trabalhadores, tendo apenas sido eliminadas duas relações jurídicas de emprego público no decurso do ano, uma vez que apenas ocorreram duas aposentações. -----

-----Disse ainda, que nos termos do n.º 2, do art.º 63.º, do OE 2015, é possível que seja aplicada ao município, a redução de transferências do OE no montante equivalente ao que resultaria em termos de poupança com a redução de trabalhadores, ou seja, uma redução de 2.120€/mês, aproximadamente (530€ x 4 trabalhadores). -----

-----Disse que enquanto autarca, a redução nas transferências do FEF não o preocupa, mas sim, manter os postos de trabalho num Interior cada vez mais desertificado. -----

-----O Senhor **Vereador Manuel Portugal** disse que segundo esta Lei, existe a obrigatoriedade de reduzir trabalhadores, face aos existentes em 31/12/2014, o que no caso do Município de Celorico da Beira, seria de 3%, ou seja, 6 trabalhadores. Esta situação prende-se com o excesso do endividamento, resultante da gestão das AdZC que penalizam gravemente os municípios.-----

-----Disse não se rever nesta Lei, que considera desajustada para este município. Congratula-se com a proposta do Senhor Presidente da Câmara, ou seja, no sentido de manter os postos de trabalho, apesar da redução do FEF a que poderão estar sujeitos. Na sua opinião, este rácio deveria ser atingido através de reformas, e nunca por iniciativa da autarquia. -----

-----De seguida, o Senhor **Vereador José Luís Cabral** disse congratular-se com a posição do Senhor Presidente da Câmara, relativamente a esta matéria. Acrescentou, que uma das prioridades do município é salvaguardar e manter os postos de trabalho. -----

-----**4. ANMP**-----

-----**ASSUNTO: HORA DO PLANETA – 2016**-----

-----Foi presente *email*, com registo de entrada n.º 1149, de 29/1/2016, da ANMP a remeter a sua circular n.º 13/2016, de 27/1/2016, onde endereçam um convite, à semelhança de anos anteriores, ao Município de Celorico da Beira a participar na “Hora do Planeta 2016”, onde se compromete a desligar todas as luzes exteriores e interiores de alguns edifícios e monumentos emblemáticos, no dia 19/3, entre as 20:30h e 21:30h. -----

-----No âmbito da evolução da campanha Hora do Planeta e do conceito “ir mais além da Hora, o Município poderá comprometer-se a tomar medidas sustentáveis, para por em prática durante o ano de 2016. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** propôs que sejam desligadas as luzes do edifício da Câmara Municipal e Edifício de Apoio, bem como da Biblioteca Municipal e Castelo de Celorico da Beira.-----

-----Relativamente à iniciativa “ir mais além da Hora”, o Município de Celorico da Beira compromete-se a tomar as seguintes medidas sustentáveis, em 2016: Substituição gradual das luminárias e semaforização para leds e colocação de um posto de abastecimento para viaturas elétricas. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, participar na “Hora do Planeta 2016”, subscrevendo para o efeito a declaração de compromisso, nos termos da proposta do Senhor Presidente da Câmara.**-----

-----**5. SECÇÃO DE CONTABILIDADE**-----

-----**ASSUNTO: PROPOSTA PARA ATRIBUIÇÃO DE FUNDO DE MANEIO PARA O SOLAR DO QUEIJO**-----

-----Foi presente informação da Secção de Contabilidade, com registo interno n.º 495, de 12/2/2016, referindo que na atividade do Solar do Queijo, que foi recentemente integrada no Município, por via da internalização da

EMCEL, há necessidade, por vezes, de realizar despesas, urgentes, inadiáveis e imprevisíveis que têm de ser pagas de imediato. Para esse efeito, é conveniente a criação de um fundo de maneio que possibilite o pagamento dessas despesas.-----

-----A constituição e funcionamento dos Fundos de Maneio estão sujeitos ao regime legal em vigor, pelo que, o Executivo deverá deliberar a atribuição de um fundo de maneio permanente à funcionária Maria de Jesus Abrantes Granjal, Assistente Técnica em funções no Solar do Queijo, no montante de 200,00€, para fazer face a despesas correntes para o ano de 2016 da seguinte rubrica: 020111603 - Outras mercadorias para venda: 200,00€.-----

-----**Nos termos da informação técnica, a Câmara deliberou, por unanimidade, constituir o fundo de maneio para 2016, afeto à funcionária Maria de Jesus Abrantes Granjal.**-----

-----**6. SECÇÃO DE OBRAS MUNICIPAIS**-----

-----**ASSUNTO: PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DE ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA PARA O CENTRO HISTÓRICO DE CELORICO DA BEIRA (ARU CHCB)**-----

-----Foi presente informação técnica, com registo interno n.º 492, de 11/2/2016, relativamente ao assunto em epígrafe, documento cuja cópia se anexa a esta ata (1), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião.-----

-----No uso da palavra, o Senhor **Presidente da Câmara** começou por dizer que a vila e o centro histórico de Celorico da Beira debatem-se com a necessidade contínua de dinamizar o espaço urbano e de lazer que, acompanhado do abandono e progressivo envelhecimento populacional, se tem traduzido numa perda da dinâmica populacional, económica e social.---

-----No centro histórico da vila verifica-se um conjunto de circunstâncias que justificam que o Município possa, e deva, dar início a um processo de reabilitação urbana, potenciando a modernização de infraestruturas urbanas obsoletas e a requalificação dos espaços verdes e equipamentos de utilização coletiva, e de melhorar a mobilidade urbana, através da realização de intervenções no espaço público. -----

-----A Câmara Municipal de Celorico da Beira pretende criar a ARU CHCB, de modo a munir-se de valências e mecanismos para proceder à sua revitalização, bem como melhorar significativamente o nível de infraestruturização e a qualidade urbanística, com vista à promoção da reabilitação e regeneração dessa área urbana, numa perspetiva de reabilitação urbanística e ambiental, do edificado e das infraestruturas e equipamentos, aproveitando, desta forma, o acesso a fontes e modelos de financiamento próprios, designadamente no que se refere aos fundos comunitários. -----

-----Referiu que a ARU que se pretende delimitar, constitui uma prioridade na intervenção da Câmara Municipal de Celorico da Beira, tendo como objetivos gerais: -----

-----Conservar e revalorizar o edificado e espaços públicos relevantes, quer para a preservação da identidade do Centro Histórico, quer para o reforço do seu sentido urbano; Promover uma melhor integração do Centro Histórico no desenvolvimento da vila e assegurar a sua articulação com os espaços confinantes com construção mais recente; Recuperar o parque habitacional existente no Centro Histórico e melhorar os seus diversos equipamentos de apoio; Revitalizar os vários espaços públicos existentes no Centro Histórico; Desenvolver uma operação consertada na renovação das infraestruturas, que se encontrem obsoletas e em mau estado de conservação; Renovar, em termos populacionais, o núcleo histórico, envelhecido e com sinais de despovoamento e abandono, garantindo o rejuvenescimento do núcleo; Aumentar significativamente a oferta turística

(alojamento) no Centro Histórico, integrando a mesma numa Rede ao nível do território da CIM BSE e Qualificar os equipamentos existentes. -----

-----Disse que os principais fundamentos e critérios que resultaram da delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Celorico da Beira, prenderam-se com a articulação da mesma e com a estratégia transversal expressa em sede do Plano de Pormenor desenvolvido no ano 2000. -----

-----No que respeita a investimento público, prevêem-se intervenções de reabilitação em edificado e espaço público, nomeadamente, adaptação do “Antigo Mercado Leilão de Gado” a Observatório e Polo de Investigação do Queijo Serra da Estrela; Requalificação do Edifício de Apoio ao Parque de Estacionamento e Centro Histórico; Requalificação da Praça de Santa Maria; Requalificação do Largo Tenente Coronel Alberto Magalhães Osório; Requalificação do Largo do Tabulado e Requalificação da Praça da República.-----

-----No que concerne ao investimento privado, com a delimitação da ARU de Celorico da Beira, cria-se a oportunidade de possibilitar aos particulares proprietários de imóveis abrangidos, condições favoráveis à reabilitação dos edifícios que se encontrem degradados, ou funcionalmente inadequados, de modo a que estes possam ser objeto de intervenções de requalificação adequadas às suas características morfológicas, garantindo-se a proteção e valorização do património edificado, permitindo o acesso a um conjunto de benefícios fiscais com alguma relevância económica. -----

-----Os particulares proprietários de imóveis com idade igual ou superior a 30 anos, poderão aceder ao financiamento para reabilitação de edifícios através do programa “Reabilitar para Arrendar – Habitação Acessível” disponibilizado pelo IHRU/BEI. -----

-----O Senhor **Vereador Manuel Portugal** concorda com a proposta apresentada, revendo-se na intervenção do Senhor Presidente da Câmara. No que diz respeito ao investimento privado, disse que é objetivo da

autarquia possibilitar aos particulares que sejam proprietários de imóveis abrangidos, condições favoráveis à sua reabilitação. -----

-----Considera que o Centro Histórico de Celorico da Beira está cada vez mais degradado, sendo urgente intervir nesta área. Relativamente à proposta de delimitação da ARU, apresentou algumas alterações, nomeadamente, a requalificação do Largo da Corredoura com a relocalização do Monumento de Nossa Senhora de Fátima e incluindo a requalificação do Parque de Estacionamento da Câmara Municipal. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse concordar com as sugestões propostas pelo Senhor Vereador Manuel Portugal, que serão integradas na proposta de delimitação de área de Reabilitação Urbana para o Centro Histórico de Celorico da Beira. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana para o Centro Histórico de Celorico da Beira (ARU CHCB), com as seguintes alterações, no que respeita a intervenções de reabilitação em edifício público:** -----

-----**Requalificação do Parque de Estacionamento da Câmara Municipal;** -----

-----**Requalificação do Largo da Corredoura e relocalização do Monumento de Nossa Senhora de Fátima;** -----

-----**Mais deliberou submeter a presente proposta de delimitação da ARU CHCB para aprovação da Assembleia Municipal.** -----

-----**7. EMCEL**-----

-----**ASSUNTO: DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À INTERNALIZAÇÃO** -----

-----Foi presente informação da Administração da EMCEL com o seguinte teor:-----

-----“No seguimento do processo relativo à internalização da EMCEL, vimos por este meio informar o Executivo Municipal e a Assembleia Municipal, que devido ao facto de ainda não se terem estabelecido acordos com todos os fornecedores da EMCEL, bem como não ter sido possível concluir todos os procedimentos de encerramento de contas de 2015, não nos é possível à presente data, remeter para aprovação da Assembleia Municipal, a documentação relativa às contas de dissolução, contas anuais e projeto de partilha da EMCEL. Assim que toda a informação esteja reunida, a mesma será imediatamente remetida para aprovação da Assembleia Municipal.” -----

-----**A Câmara tomou conhecimento e remeteu a mesma também a Assembleia Municipal para conhecimento.** -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

-----Os textos das deliberações constantes desta ata foram aprovados em minuta para efeitos de eficácia imediata. -----

-----**ENCERRAMENTO**-----

-----Eram 12h e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada, pelo Senhor Presidente e por mim, Sónia Cristina de Almeida Salgado Fernandes, que a redigi. -----